

RUA ANTONIO MARIANO DE AZEVEDO MARQUES

Decreto nº 6704 de 29-09-1981, Artigo 1º, Inciso II

Formada pela rua 8 do Jardim Capivari

Início na rua Ouro Preto

Término na rua Agnaldo Saturnino Rocha

Jardim Capivari

Obs.: Decreto assinado pelo Prefeito Francisco Amaral Protocolado nº 30.538 de 31-10-1980, em nome de Comissão de Nomenclatura de Ruas e Vias Públicas e Logradouros Públicos.

ANTONIO MARIANO DE AZEVEDO MARQUES

Antonio Mariano de Azevedo Marques nasceu em São Paulo em 17-junho-1797 e faleceu no Rio de Janeiro em 09-setembro-1844. Era filho de Dr. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e Ana Gertrudes de Jesús e foi casado com Teresa Delfina Alvim, não deixando descendência. Antonio Mariano de Azevedo Marques é nome de destaque na historia paulista. Aos 4 anos exigiu e importunou seus pais para que o mandassem aprender a ler, e quando apenas contava onze anos conhecia a língua latina como os melhores estudantes. Começou sua vida pública em 1812, sendo provido pelo bispo D. Mateus de Abreu Pereira, no emprego de professor de latim dos moços do cõro da Sé Catedral e dos que se destiavam ao estado eclesiástico, quando apenas atingira quinze anos, pelo que o chamaram desde então de "Mestrinho", apelido com que foi conhecido durante toda sua vida. Em julho de 1822 foi nomeado professor da cadeira pública de latim e retórica da cidade de São Paulo, passando em 1828, como professor desta última, para a Academia de Ciências Jurídicas, que ocupou até 1835, em cujo ano renunciou o professorado. Ao instalar a Academia em março daquele ano, matriculou-se com seu irmão Manuel Eufrásio no 1º ano, prosseguindo o estudo até o 4º ano, quando abandonou, alegando saber tudo o que lhe seria ensinado daí em diante. Sempre muito considerado foi eleito juiz de paz, vereador, eleitor, membro do conselho do Govêrno e da assembléia provincial, sem que jamais se candidatasse a qualquer cargo. Em 1837 foi eleito para um dos lugares de vice-presidente da Província, e em 1844, para 2º suplente à deputado geral, que não tomou assento por achar-se muito enfermo. Em 1839, aceitou o lugar de secretário da presidência do desembargador Manuel Machado Nunes, recusando continuar no cargo, em 1840, na administração do brigadeiro Rafael Tobias. Políticamente, foi sempre moderado, mas de convicções liberais. Colaborou com José da Costa Carvalho na redação

do "Farol Paulistano", primeiro órgão de opinião pública que apareceu em São Paulo, em 1827 e escreveu depois para outros jornais, que faziam oposição ao partido absolutista.. De 1823 a 1825 foi escrivão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, havendo nessa oportunidade, em muito auxiliado a fundação do hospital e casa dos expostos.. Em 1837 organizou os estatutos pelos quais até hoje se rege o cabido da Sé Catedral, e que foram traduzidos em lei provincial no ano de 1838. Havendo melhorado sua saúde e atendendo a instâncias do então barão de Monte Alegre, Antonio Mariano transferiu sua residência para o Rio de Janeiro, em 1842, e lá passou a trabalhar no gabinete do Ministro da Justiça. Foi também oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Império em março de 1844, porém, por pouco tempo. Além da língua latina, que conheceu como poucos, Antonio Mariano aprendeu sem mestre e falava e escrevia com facilidade a francesa, inglesa, italiana, espanhola, alemã e grega. A historia e geografia também foram seus estudos prediletos.

RUA ANTONIO MARIANO DE AZEVEDO MARQUES

30 SET 1981



DECRETO N.º. 6704 DE 29 DE SETEMBRO DE 1981.

DENOMINA PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS.

O Prefeito do Município de Campinas, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo item XIX do artigo 39 do Decreto-lei Complementar Estadual N.º. 9, de 31 de dezembro de 1969 - Lei Orgânica dos Municípios,

DECRETA:

Artigo 1º. - Ficam denominados os seguintes próprios municipais:

I - "PRAÇA BARTOLOMEU BUENO DA SILVA FILHO" a Praça da Chácara da Barra, circundada pela Avenida José de Souza Campos.

II - "RUA ANTONIO MARIANO DE AZEVEDO MARQUES" a Rua 8 do Jardim Capivari, com início e término na divisa do loteamento.

III - "RUA EUGÊNIO MARTINS PEREIRA" a Rua 12 do Jardim Capivari, com início na Rua 1 e término na Rua 14 do mesmo loteamento.

Artigo 2º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campinas, 29 de Setembro de 1981.

DR. FRANCISCO AMARAL
Prefeito do Município de Campinas

DR. CARLOS SOARES JÚNIOR
Secretário dos Negócios Jurídicos

ENGO. JURANDYR POMPEO CAMPOS FREIRE
Secretário de Obras e Serviços Públicos

Redigido na Consultoria Técnico-Legislativa da Consultoria Jurídica da Secretaria dos Negócios Jurídicos, com os elementos constantes do protocolado N.º. 30.538, de 31 de outubro de 1980, em nome da Comissão da Nomenclatura de Ruas e Vias Públicas e Logradouros Públicos, e publicado no Departamento do Expediente do Gabinete do Prefeito, em 29 de setembro de 1981.

DR. RUY DE ALMEIDA BARBOSA
Secretário-Chefe do Gabinete do Prefeito

Rua Antônio Mariano de Azevedo Marques

É outro membro da família Azevedo Marques que se recomenda-
ram na história da velha Província

ANTÔNIO MARIANO DE AZEVEDO MÁRQUES — Nasceu na cidade de São Paulo a 17 de junho de 1797, filho do Dr. Manuel Eufrásio de Azevedo Marques e de sua mulher D. Ana Gertrudes de Jesus, aquela natural da colônia do sacramento, e esta de São Paulo. Aos 4 anos de idade exigiu e importunou a seu pais para que o mandassem aprender a ler, e quando apenas contava onze anos conhecia a língua latina como os melhores estudantes; este fato é reconhecido ainda no presente tempo por alguns dos seus contemporâneos. Começou a sua vida pública em 1812, sendo provido pelo bispo D. Mateus de Abreu Pereira, no emprego de professor de latim dos moços do coro da Sé Catedral, e dos que se destinavam ao estado eclesiástico, quando apenas atingira aos quinze anos, pelo que o chamaram desde então — *mestrinho* — apelido com que foi conhecido durante toda a sua vida.

Em julho de 1822 foi nomeado professor da cadeira pública de latim e retórica da cidade de São Paulo, passando em 1828, como professor desta última, para a Academia de Ciências Jurídicas, que ocupou até 1835, em cujo ano renunciou o professorado. Ao ins-
Academia. em março daquele ano, matriculou-se

com seu irmão Manuel Eufrásio de Azevedo Marques no 1.º ano, fazendo parte dessa pléiade brilhante de paulistas e fluminenses que correram pressurosos a encetar o estudo das ciências, que pela primeira vez se lhes proporcionava em seu próprio país, em virtude da sábia lei de 11 de agosto de 1827.

Antônio Mariano prosseguiu os estudos até o 4.º ano e recusou passar além, apesar de haver sido proposto no 1.º ano e conseguir no terceiro o primeiro premio. Interrogado sobre tão estranha resolução, respondia que nada mais tinha que aprender na Academia, porque as matérias que ali se lecionavam já lhe eram conhecidas, além de que faltava-lhe o tempo necessário à sua advocacia, já tão procurada.

Com efeito, desde 1826 que Antônio Mariano havia-se dedicado exclusivamente à advocacia, e, posto que não tirasse provisão, nem figurasse nos auditórios, gozou sempre de tal conceito, que eram freqüentes as consultas que se lhe faziam por quase todas as notabilidade do foro de São Paulo. De certa época em diante não aceitou mais causas, porque faltava-lhe o tempo para responder somente a propostas remetidas de todos os pontos da provincia e de fora dela.

Em São Paulo foi Antônio Mariano sempre considerado pelos seus contemporâneos com a eleição para os cargos de juiz de paz, vereador, eleitor, membro do conselho do Governo e da assembléa provincial, sem que jamais desse o mínimo passo para isso. O seu orgulho revoltava-se quando os amigos o aconselhavam que se apresentasse candidato às câmaras temporária e vitalícia. Em 1837 foi eleito pela assembléa provincial para um dos lugares de vice-presidente da provincia, e em 1844, como segundo suplente à deputação geral, foi pela respectiva câmara chamado a tomar assento, o que não se verificou por achar-se já muito enfermo.

No ano de 1839, por instâncias de seus amigos José da Costa Carvalho e Honório Hermeto Carneiro Leão, aceitou o lugar de secretário da presidência do desembargador Manuel Machado Nunes e recusou continuar no mesmo emprego em 1840 na administração do brigadeiro Rafael Tobias, que sucedeu àquele.

Ainda por dedicação pessoal exerceu o cargo de secretário em 1842, junto do então presidente barão de Monte Alegre. Em política, Antônio Mariano foi sempre moderado, mas de convicções liberais, e quando a maioria do seu partido, depois dos sucessos de 1831, mostrou-se exagerada, Antônio Mariano encostou-se ao partido moderado, de onde nasceu o *conservador*, sem contudo abandonar suas primitivas idéias.

Colaborou com José da Costa Carvalho na redação do *Farol Paulistano*, primeiro órgão da pública opinião que apareceu em São Paulo no correr do ano de 1827, e escreveu depois para outros jornais, que faziam opposição ao partido absolutista. De 1823 a 1825 serviu o cargo de escrivão da mesa da irmandade da Casa de Misericórdia da cidade de São Paulo, estabelecimento pelo qual muito se interessava, reformando o seu compromisso, e auxiliando a fundação do hospital e





casa de expostos. Em 1837 organizou os estatutos pelos quais até hoje se rege o cabido da Sé Catedral, e que foram traduzidos em lei provincial no ano de 1838.

Com vistas de melhoramento em sua saúde, Antônio Mariano, a instâncias do então barão de Monte Alegre, mudou a sua residência para o Rio de Janeiro em dezembro de 1842, e lá, a convite de Honório Hermeto, prestou-se a trabalhar no gabinete do ministro da Justiça, mas sem caráter oficial, e o mesmo sucedeu no gabinete do ministro do Império visconde de Macaé. Nomeado secretário da relação da corte, rejeitou esse emprego, e só a instâncias daqueles seus amigos resolveu aceitar o lugar de oficial da secretaria de Estado dos negócios do Império em março de 1844, emprego que serviu pouco tempo.

Além da língua latina, que soube como poucos, Antônio Mariano, em seu gabinete, aprendeu sem mestre e jogava facilmente com a francesa, inglesa, italiana, espanhola, alemã e grega. A história e a geografia também foram seus estudos prediletos.

Antônio Mariano de Azevedo Marques, apesar de sua vasta ilustração, foi antes homem de gabinete que de tribuna, mas nas poucas vezes que à ela subiu revelou firmeza de convicções, desinteresse pessoal e rigidez de caráter, que a todos agradavam e persuadiam.

Faleceu no Rio de Janeiro a 9 de setembro de 1844, na idade de 47 anos, e do seu casamento com D. Teresa Delfina Alvim, filha do guarda-mor Manuel Alves Alvim e de D. Catarina Taques, não deixou descendência.

ANTONIO DE OLIVEIRA — Cavaleiro fidalgo, natural de Portugal. Por provisão de 18 de janeiro de 1537 foi nomeado feitor do almoxarifado da Capitania de São Vicente, e a 18 de outubro de 1538 obteve a primeira nomeação de capitão-mor loco-tenente do donatário para reger a Capitania em substituição a Gonçalo Monteiro, passado por D. Ana Pimentel, na ausência de seu marido Martim Afonso, que se achava na Índia. A segunda vez que reger a Capitania foi por provisão de 28 de janeiro de 1542. Depois de concluir o seu primeiro governo (diz *Fr. Gaspar da Madre de Deus*), embarcou-se para Portugal, de onde trouxe sua mulher D. Genebra Leitão de Vasconcelos e vários filhos; um deles foi sepultado na capela-mor da matriz de Santos, e na campa de sua sepultura até há pouco lia-se o seguinte epitáfio: — "Aqui jaz Antônio de Oliveira Gago, humilde e amigo dos pobres, filho de Antonio de Oliveira, fidalgo, o qual no derradeiro dia com os mais será ressuscitado. — 1580."

De Antônio de Oliveira e sua mulher procedeu numerosa descendência dos apelidos de *Oliveira, Leitão e Vasconcelos*, desta e outras Capitánias.

(*Cart. da Tesouraria de Fazenda, livro 1.º de registro de sesmarias.*
— *Fr. Gaspar da Madre de Deus, Memórias para a história da Capitania de São Vicente.*)